

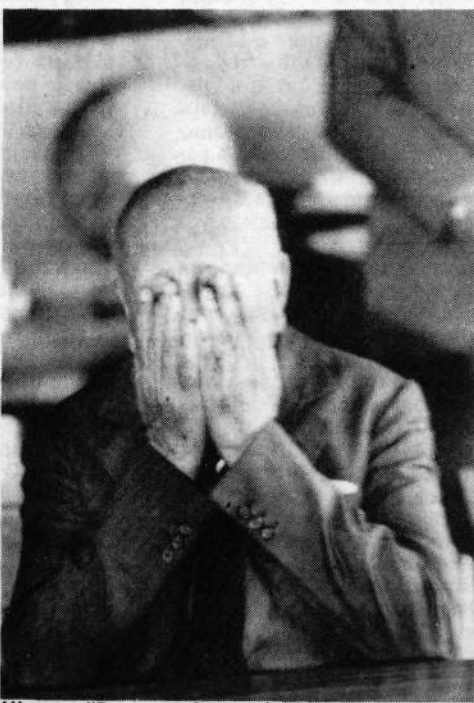
Política

—CONSTITUINTE—

A falta de quórum impediu novamente que a Assembléia Nacional Constituinte realizasse votações na sessão de ontem. Agora, os trabalhos só serão reabertos na tarde de segunda-feira. E o deputado Ulysses Guimarães fez um apelo aos constituintes:

“Pelo amor de Deus, compareçam.”

Hoje não haverá sessão da Assembléia Nacional Constituinte. Após o fracasso de ontem pela manhã, quando somente 234 parlamentares responderam à chamada, contra o mínimo necessário de 280 para a realização de qualquer votação, o presidente Ulysses Guimarães marcou para segunda-feira a próxima reunião dos constituintes para dar seqüência às votações do segundo turno. “Pelo amor de Deus compareçam”, disse Ulysses, ao encerrar a sessão matutina, dirigindo-se aos constituintes.



Ulysses: “Para os aplausos da Nação”.

Mesmo diante dos magros resultados dessa semana — só houve votação na quarta-feira, de 27

incisos do artigo 5º —, Ulysses acredita que será possível promulgar a Carta até setembro. O presidente da Constituinte vai lançar mão do “esforço concentrado”, com sessões pela manhã, à tarde e à noite e “até nos finais de semana” e está examinando ainda outras providências para apressar os trabalhos. Ulysses espera que “até setembro, e não além disso, possamos nos reunir aqui, festivamente, para os aplausos da Nação, dizendo-lhe que cumprimos o nosso dever, elaboramos a Constituição que marca a fase fundamental da restauração democrática neste país”.

Na segunda-feira a sessão começa somente às 16 horas, para esperar os parlamentares que foram a seus Estados acompanhar as convenções partidárias para escolha dos candidatos nas eleições municipais. Aliás essa foi a justificativa dada pelo

vice-líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), para a ausência dos parlamentares: “Os constituintes são também políticos que têm deveres com as suas bases”, defendeu o deputado, que já adiantou que estará convocando seus liderados para estarem presentes na próxima semana.

Já para o vice-líder do PT, José Genoíno (SP), as ausências seriam uma ação deliberada visando a obstruir os trabalhos. Ele fez essa acusação aos faltosos e revelou que ontem à tarde havia 320 constituintes no Congresso, mas continuava faltando quórum para a realização das votações. Paulo Delga-

do, também do PT (MG), insistiu em que a Mesa divulgue a relação dos faltosos e faça os cortes nas “diárias”.

Outros alertaram os constituintes que são candidatos a prefeito — cerca de 120 — para o fato de que, deixando paralisado o trabalho na Assembléia Nacional, poderão ser punidos pelos eleitores. “O povo não vai aceitar que deixemos o País sem Constituição, sem rumo”, disse o deputado Siqueira Campos (PDC-GO), também candidato. Mas não é este o único argumento dos constituintes para que seus colegas preferíveis deixem de faltar ao trabalho: se a Cartan não for promulgada a tempo, a reforma tributária nela contida não produzirá seus efeitos no ano que vem e estes faltosos estariam trabalhando contra seus próprios interesses, além de cometerem uma “tração aos municípios brasileiros”, adverte o gaúcho Victor Faccioni (PDS).

E os acordos continuam avançando

Em reunião realizada ontem as lideranças partidárias na Constituinte acertaram que não será preciso ordem judicial para as prisões administrativas e disciplinar. O acordo atende às reivindicações do governo (que utiliza a prisão administrativa decretada pelo ministro da Fazenda para punir crimes contra a economia) e dos militares (que não concordavam com a exigência de ordem judicial para prisão de um marinheiro em alto-mar ou de um soldado em um destacamento, o que é possível com a prisão disciplinar).

Também ficou decidido manter no texto constitucional o pagamento de 50% a mais para a hora extra em relação à hora normal de trabalho e o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço de no mínimo 30 dias, independente do FGTS — lei complementar vai determinar a proporção do aviso prévio.

Esse acordo atende em parte às exigências dos empresários. Para eles, a proporcionalidade poderá gerar casos em que o aviso prévio seja muito prolongado. Por isso, defendem que o prazo de aviso prévio deve ser estabelecido em lei — e não pela Constituição — com possibilidade de ampliação através de convenções coletivas.

Para o diretor-tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, José Francisco Campos, a proporcionalidade do aviso prévio será um reforço para o que a categoria já conquistou: “Nossa conven-

ção coletiva já estabelece que o metalúrgico com 45 anos de idade, ao ser demitido, receba 50 dias de aviso prévio, e um dia a mais sucessivamente à medida que for mais velho”, explicou.

“A proporcionalidade faz parte dos pontos que pretendemos sejam mantidos, tais como os oito dias de licença-paternidade e os 120 dias para a gestante. Não deixa de ser uma boa notícia”, comentou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Vicente Paulo da Silva.

Do encontro de lideranças surgiu também uma nova proposta para a licença-paternidade: o deputado José Lins (PFL-CE) deseja reduzi-la de oito para três dias, até que lei complementar seja elaborada estabelecendo o prazo definitivo. A idéia foi considerada “simpática” pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), “porque garantirá alguma coisa na Constituição, já que a tendência é de se suprimir os oito dias”.

O PT rejeitou a idéia. “Nenhum avanço social sofrerá retrocesso com o nosso apoio”, garantiu o deputado paulista José Genoíno. O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), do Centrão, prefere a sua própria emenda, que joga para lei complementar a definição de quantos dias terá a licença-paternidade.

Para o empresariado, oito dias é “um exagero”, principalmente porque em mui-

tos países desenvolvidos “sequer se sonha em preconizar esta despropositada licença”.

Em relação à jornada máxima de seis horas para quem trabalha em sistema de revezamento ganhou força a sugestão de transformá-la em jornada semanal. Não há decisão, porém, sobre o número de horas. Os empresários querem 40 horas semanais e as esquerdas aceitam a troca, desde que seja por 36 horas semanais.

As negociações prosseguirão na segunda-feira. O deputado gaúcho Antônio Brito, vice-líder do PMDB, acha que o “consenso está próximo e os trabalhadores em turno ininterrupto podem ficar tranquilos que passarão a trabalhar menos do que hoje”.

Para garantir isso, o Plenário Pró-Constituinte se reunirá na próxima terça-feira, em Brasília, para reafirmar as reivindicações da classe trabalhadora e acompanhar a votação do capítulo dos Direitos Sociais em segundo turno. A frente é composta pela CUT, CGT e Contag, entre outras entidades.

Enquanto isso, o deputado Nelson Jobim, líder do PMDB na Constituinte, anunciou a formação de cinco grupos de trabalho paralelos para avaliar cada capítulo da nova Carta e levar às lideranças partidárias um trabalho pronto sobre o que é passível de acordo ou não.

Os empresários gaúchos não querem essa mamata

Os empresários gaúchos não são favoráveis à anistia da correção monetária sobre as dívidas contraídas durante a vigência do Plano Cruzado. Esse é o resultado de uma pesquisa realizada entre 152 empresas pelo Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Rio Grande do Sul — Ceag. Para Dagoverto Lima de Godoy, presidente da entidade, os micro e pequenos

empresários não buscavam na anistia a solução de seu problema de endividamento, “fator que realça o espírito empresarial sadio desses empreendedores”. Das empresas pesquisadas, 101 haviam contraído empréstimos no período de fevereiro de 86 a fevereiro de 87. Destas, 26 já liquidaram seus débitos. Entre as 76

empresas que ainda têm dívidas a saldar, 50 estão efetuando normalmente seus pagamentos, restando apenas 26 no aguardo de uma decisão da Constituinte sobre a anistia. O presidente do Ceag informou, também, que o resultado da pesquisa já foi encaminhado aos constituintes para auxiliar a decisão no segundo turno.